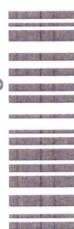




ESTADO DE ALAGOAS
Assembleia Legislativa Estadual
Gabinete do Deputado Ronaldo Medeiros

Assembleia Legislativa de Alagoas



PROTOCOLO GERAL 2339
Data: 17/08/2017 Horário: 09:35
Legislativo -

Projeto de Lei Nº _____/2017.

**Dispõe sobre a “meia
passagem” para estudantes
no âmbito de todo território
do Estado de Alagoas**

**A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE ALAGOAS
DECRETA:**

Artigo 1º - Fica instituído o direito à “meia passagem” do valor real efetivamente cobrado em todo âmbito territorial do Estado de Alagoas e suas respectivas frotas de transportes devidamente autorizadas por concessão para exploração de serviços públicos de competência do Estado-Membros, para os estudantes das Instituições de Ensinos – IES, em todos os níveis, Fundamental, Médio e Superior, na forma prevista nesta Lei.

I - O benefício previsto nesta Lei será concedido aos estudantes das instituições de ensinos, que estejam devidamente matriculados em unidades oficialmente reconhecidas pelos órgãos competentes e que residam em cidades diferentes do local onde estejam cursando o ensino fundamental e médio, a graduação ou pós-graduação.

II - Aos estudantes beneficiários do quanto previsto no caput deste artigo, será assegurada a ocupação de no máximo vinte e cinco por cento do total das vagas existentes em cada um dos transportes.

III – A carteira de identidade estudantil, terá validade de doze meses e renovável mediante a comprovação da frequência/presença em sala de aula pela instituição de ensino (Fundamental – Médio – Superior).





ESTADO DE ALAGOAS
Assembleia Legislativa Estadual
Gabinete do Deputado Ronaldo Medeiros

Artigo 2º - A comprovação da condição de estudante deverá ser feita por meio de apresentação da carteira de identificação estudantil.

Parágrafo Único: O estudante beneficiário do objeto desta Lei terá direito a, no Máximo, duas passagens ao dia, que corresponderá sua Ida e Volta, que o conduzirá do seu domicílio residencial para a unidade de ensino (fundamental – Médio – Superior).

Artigo 3º - Para efeito desta Lei consideram-se transportes coletivos urbanos, os trens, metrô, barcas, ônibus de linhas, complementares, de acordo com a classificação atribuída pela fiscalização da Agência Reguladora de Serviços Públicos – ARSAL, pelo Departamento de Estradas de Rodagem de Alagoas – DER/AL e pelo Departamento Estadual de Trânsito de Alagoas – DETRAN/AL.

Artigo 4º - O descumprimento do previsto nesta Lei obriga o infrator ao pagamento de multa de 100 (cem) a 1000 (mil) UFIR.

Parágrafo Único: A multa será cobrada após processo administrativo, podendo ter acréscimo de até 100% em caso de reincidência.

Artigo 5º - O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no prazo máximo de sessenta dias a partir da data de sua publicação.

Artigo 6º - A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.



ESTADO DE ALAGOAS
Assembleia Legislativa Estadual
Gabinete do Deputado Ronaldo Medeiros

SALA DAS SESSÕES DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADUAL, em Maceió, 17 de Agosto de 2017.



Ronaldo Medeiros
DEPUTADO ESTADUAL





ESTADO DE ALAGOAS
Assembleia Legislativa Estadual
Gabinete do Deputado Ronaldo Medeiros

JUSTIFICATIVA

Os estudantes das instituições de ensinos fundamental, médio e superior já usufruem deste benefício nas esferas municipais das vinte e sete capitais brasileiras de suas respectivas unidades federativas, sendo concedida à “meia passagem” em todas as suas frotas de transportes devidamente autorizados por concessão para exploração de serviços públicos.

A “meia passagem” é destinada principalmente aos estudantes que mora no interior do Estado de Alagoas, por força das necessidades financeiras e distintas das Microrregiões Alagoanas (Agreste – Leste – Sertão – Arapiraca – Palmeira dos Índios – Traipu – Litoral Norte – Maceió – Mata – Penedo – São Miguel dos Campos – Serrana dos Quilombos – Sertão do São Francisco – Batalha – Santana do Ipanema – Serrana do Sertão); que estudam em outros municípios. Isto acarreta dificuldades nas permanências dos alunos em chegar à sala de aula, que buscam a sua profissionalização e seu emprego para custear as passagens e seus respectivos materiais didáticos.

Os transportes devidamente autorizados por concessão para exploração de serviços públicos representam a maior conquista de redução nas despesas para os estudantes das instituições de ensinos fundamental, médio e superior, estas isenções públicas contribuem nas despesas no orçamento familiar e possibilita a imediata inclusão dos estudantes, ao seu caminho natural da educação.

O propósito desta Lei da “meia passagem” servirá para fomento educacional.

Nosso maior desafio atual é manter-se, durante todo curso esses estudantes dos ensinos fundamental, médio e superior mais perto possível das instituições educacionais, devidamente credenciadas ao Ministério da Educação; objetivando sua qualificação profissional e buscando seu crescimento pessoal acadêmico.



ESTADO DE ALAGOAS
Assembleia Legislativa Estadual
Gabinete do Deputado Ronaldo Medeiros

É claro que a situação é complexa, mas nossa iniciativa contribuirá e atenderá às diversas jurisprudências. O Estado-Membros juntos em saná-la à garantia plena desta Lei.

Por fim, o Estado de Alagoas, deve priorizar e investir na educação desses estudantes; mesmo que esse sacrifício alcance à iniciativa na redução de impostos.

Nosso Projeto de Lei busca na verdade dar alcance legal ao ideal de permitir o acesso à “meia passagem” em todo âmbito territorial do Estado de Alagoas aos ESTUDANTES, um instrumento POSITIVO para as políticas públicas para juventude no impulsionamento na formação intelectual do CIDADÃO, desta forma, é dever essencial do Poder Público em aprovamos a presente matéria em pleno regime democrático de acolhimento dos votos de meus pares na CASA TAVARES BASTOS, pois criarmos condições que assegurem o acesso à educação teórica, filosófica e profissional com a “meia passagem”.

Maceió, 17 de Agosto de 2017.

Ronaldo Medeiros
DEPUTADO ESTADUAL